

# O Brasil virou de cabeça para baixo



# Presidente ladrão diz que imoral é o procurador que o pegou pelo pé

Fila por emprego junta 5 mil no Rio debaixo de chuva por até 28 horas

Mais de cinco mil pessoas formaram uma enorme fila, na terça-feira, no feirão de emprego em Realengo no Rio de Janeiro. Foram 28 horas de fila, debaixo de chuva e muito frio em busca de uma das 850 vagas oferecidas. "O que eu mais quero é um emprego. Só um emprego para eu recuperar minha dignidade", declarou o senhor Rosevaldo Santos, de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. **Página 2**

**HORA DO POVO**  
ANO XXVIII - Nº 3.577 6 a 10 de Outubro de 2017



**1 REAL BRASIL**  
**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

**Temer aplica o golpe de simular indignação para parecer inocente**

A denúncia da Procuradoria Geral contra Temer prova que sua quadrilha, em propinas, agasalhou mais de meio bilhão de reais da Petrobrás, Furnas, Caixa Econômica, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Secretaria de Aviação Civil e Câmara dos Deputados. Diante dessa denúncia, a defesa de Temer é uma confissão. Em vez de abordar as provas, tem-se uma golfada de insultos contra o procurador Janot, como se fosse algum inocente, indignado por uma acusação - que todo mundo, aliás, sabe que é verdade. **Página 3**

# Câmara assalta saúde e educação para criar fundo eleitoral de R\$ 1,7 bilhão

Votação foi realizada por 'voto simbólico' para esconder o nome dos safados



**EUA: Secretário de Estado jura que não apelidou Trump de imbecil**

O secretário de Estado dos EUA, Rex Tillerson, esclareceu em coletiva que "nunca pensou em demissão" e reafirmou apoio a Trump, que por sua vez, lhe declarou "total confiança". Sobre ter chamado Trump de "imbecil", não confirmou nem negou. Muito pelo contrário. **P. 7**

**PT faz defesa de Aécio no plenário**

A bancada do PT foi a que mais atacou o STF e defendeu a derrubada da decisão contra o tucano Aécio Neves. "O STF errou", reafirmou o senador Humberto Costa, que deixou bem claro que o PT continuava apoiando Aécio contra o STF. **P. 3**

**Pezão é proibido de privatizar Cedae**  
A Justiça do Trabalho do RJ negou recurso do governo Pezão e manteve a proibição da privatização da Cedae sob pena de R\$ 500 mil. Para a justiça, o governo busca colocar "os servidores uns contras os outros". **Página 4**



Ecetistas realizaram uma manifestação na Avenida Paulista, na quarta-feira, para pressionar o governo a negociar

# Greve nos Correios por aumento real se amplia para todo o país

Com faixas, cartazes e até caixões com imagens de Temer, do ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, e do presidente dos Correios, Guilherme Campos, os ecetistas realizaram protesto

pela manhã da última quarta-feira, na região central de São Paulo. A greve nos Correios, deflagrada por aumento real, pela manutenção de direitos e contra a privatização da empresa, já atinge

todos os Estados e o Distrito Federal. Segundo o sindicato, o governo Temer e seus aliados "estão destruindo os Correios". "A desculpa usada pelo Palácio do Planalto é que a empresa está em crise, dan-

do prejuízo. A mesma que o governo usa para justificar o roubo de direitos do povo com as reformas trabalhistas e da previdência e a privatização das estatais", denunciou a entidade. **Página 5**

Os parlamentares investigados pela Lava Jato, que tentam de tudo para permanecer com seus mandatos, aprovaram o texto de forma simbólica, sem o registro de votos no painel eletrônico para não serem obrigados a enfrentar a opinião pública. Porém, a tentativa de se esconder atrás da votação simbólica não foi bem-sucedida, pois na votação de um destaque - que tinha como objeto barrar a criação do fundo - os corruptos tiveram que mostrar a cara. Por uma questão regimental, a votação desta vez precisou ser pelo painel e o fundo acabou mantido por um placar apertado: 223 votos a 209, com três abstenções. **P. 3**

**Senado dá foro privilegiado para Moreira Franco não ir em cana**

O Senado aprovou na terça-feira, por 40 votos a favor e 24 contra, a medida provisória que concede a Moreira Franco, um dos principais aliados de Temer, o foro privilegiado. Acusado de integrar o "quadrilhão do PMDB", ele poderia ter sua investigação enviada para o juiz Sérgio Moro, na primeira instância, caso a MP fosse rejeitada. A MP 782/2017 concede à Secretaria-Geral da Presidência, posto ocupado por Moreira, o status de ministério, foi feita sob medida para proteger o peemedebista com a prerrogativa de foro por função. **Página 3**

# Produção industrial tem queda de 0,8% em agosto

Setor de produtos alimentícios caiu 5,5%. **Pág. 2**

## Presidente do BC anuncia que juros continuam na Lua

O Brasil continua praticando um dos juros reais mais altos do mundo, apesar das virtuais reduções da taxa básica (Selic), tidas como méritos da equipe econômica de Temer.

Agora, para continuar garantindo os ganhos do setor rentista com a política, o presidente do Banco Central (BC), o banqueiro Ilan Goldfajn, afirmou que para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária, é esperada “uma redução na magnitude da flexibilização monetária”, ou seja, nada de redução dos juros.

“Para a próxima reunião, caso o cenário básico evolua conforme esperado, e em razão do estágio do ciclo de flexibilização, o Comitê vê, neste momento, como adequada uma redução moderada na magnitude de flexibilização monetária”, disse Goldfajn em linguagem técnica durante palestra na Universidade de São Paulo (USP).

Atualmente em 8,25% ao ano, a Selic permanece em um patamar muito distante do razoável. Isso porque, ao descontar a inflação projetada para o ano – de 3,3% ao ano –, o que se revela é que a taxa real de juros do país é de 4,76%, longe das taxas negativas praticadas pela maioria do país e uma três maiores do mundo. Para a indústria, já combatida com a recessão, o investimento se torna praticamente inviável.

Enquanto se propagandeia a redução da taxa, o setor público gastou com juros R\$ 271,078 bilhões, o equivalente a 6,26% do Produto Interno Bruto (PIB) de janeiro a agosto deste ano.

## CNC: endividamento das famílias brasileiras atinge o maior patamar em 7 anos

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio (CNC), divulgada na quarta-feira (4), indicou que o endividamento das famílias brasileiras cresceu na passagem de agosto para setembro, atingindo 58,4%, o maior patamar em sete anos. Uma alta de 0,4 ponto percentual na comparação com agosto (58,0%). Em relação a setembro de 2016, quando o indicador alcançava 58,2% do total de famílias, também houve alta.

Desse total de endividados, a proporção de famílias com contas em atraso foi de 25%, o maior patamar desde 2010, no mês anterior atingia 24,6%.

Na avaliação do economista da CNC Bruno Fernandes, “a manutenção das altas taxas de juros e a instabilidade do mercado de trabalho ampliaram o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso, tanto na comparação mensal como na anual”.

Vítimas da política das taxas de juros extorsivas e dos cortes e desvios do dinheiro público para pagar juros aos bancos, as famílias brasileiras sofrem com o desemprego, a precarização do trabalho, a redução de salários, a supressão de direitos, entre outros muitos males, numa sucessão de adversidades que mantêm o endividamento e aumenta a inadimplência como ocorreu em setembro.

Segundo Marianne Hanson, economista da CNC, “os indicadores de inadimplência da pesquisa permanecem elevados. A taxa de desemprego bastante alta ajuda a explicar a maior dificuldade das famílias em pagar suas contas em dia e o maior pessimismo em relação à capacidade de pagamento”.

Para 76,4% das famílias que possuem dívidas, o cartão de crédito, com seus juros de escorcha, permanece como a principal forma de endividamento, seguido dos carnês (16,2%) e crédito pessoal (10,3%).

# ‘Recuperação’ de Meirelles derruba produção industrial em agosto: -0,8%



Produção da indústria está 17,8% abaixo do nível recorde de junho/2013



Cinco mil senhas foram distribuídas após horas na fila debaixo de chuva

## Desemprego leva multidão por vagas de trabalho em Realengo no Rio de Janeiro

Mais de cinco mil pessoas formaram uma enorme fila, na terça-feira (3), no feirão de emprego organizado pela universidade Castelo Branco em Realengo no Rio de Janeiro. Foram 28 horas de fila, debaixo de chuva e muito frio. Cinco mil senhas foram distribuídas e nem todos que estavam na fila saíram com a senha para disputar uma das 850 vagas oferecidas.

“O que eu mais quero é um emprego. Só um emprego para eu recuperar minha dignidade. Quase dois anos desempregado, está muito difícil conseguir um emprego”, declarou com emoção o senhor Rosevaldo Santos, de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, segundo reportagem do G1.

“Eu cheguei aqui ontem, às 18h, e já tinha

cerca de 50 pessoas esperando. Estou desempregado há um ano e sempre que sei de uma feira tento vir o mais cedo possível para a fila. Trouxe uma cadeira de praia para ficar sentado, cobertor, lençol, biscoito e improvisamos uma lona quando começou a chover. Mas não ajudou em nada. Estamos molhados do mesmo jeito”, lamentou William Cordeiro da Silva, de 22 anos, que trabalhou como ajudante de caminhoneiro. “Moro com meu pai, meu irmão de 24 anos e minha irmã, de 14. Meu irmão também está desempregado. E meu pai é pedreiro autônomo. Está fraco de serviço para ele. Mas quando surge algo, a gente trabalha como ajudantes. Quero conseguir um emprego de carteira assinada para ajudar mi-

nha família”, completou.

Entre as vagas oferecidas no feirão estão as de ajudante de armazém, auxiliar de serviços gerais, orientador de tráfego, prevenção de perdas, vendedor, auxiliar de loja, consultor de vendas e porteiro.

Segundo a última pesquisa divulgado no IBGE, são 13,1 milhões de desempregados no país. A taxa de desocupação atingiu 12,6% no trimestre encerrado em agosto. No mesmo período do ano passado, a taxa estava em 11,8%.

Segundo o IBGE, o desemprego continua subindo no estado do Rio de Janeiro. No trimestre janeiro-fevereiro-março eram 1,2 milhão de desempregados e o número subiu para 1,3 milhão de pessoas sem emprego no trimestre encerrado em junho.

## Entreguista da Eletrobrás, Coelho Filho declara que privatização da Petrobrás “é um caminho”

O ministro de Minas e Energia do governo Michel Temer (PMDB), Fernando Coelho Filho, afirmou, na segunda-feira (2), achar positiva a privatização da Petrobrás e que ela deve acontecer.

“Eu acho que isso vai acontecer. É um caminho”, disse Coelho Filho no programa Roda Viva, da TV Cultura, ao ser questionado pela notória Elena “Lalau” Landau, ex-diretora de privatizações do BNDES e ex-conselheira da Eletrobrás durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Coelho Filho concordou de pronto após Elena

Landau defender que o governo deveria aproveitar o momento para avançar mais no programa de desestatização. Ela reclamou que a BR Distribuidora não será 100% privatizada e perguntou sobre o motivo pelo qual o governo não privatiza a Petrobrás, como pretende fazer com a Eletrobrás.

Vale lembrar que o mesmo ministro defensor da privatização da Eletrobrás e da Petrobrás, projeto rejeitado pelos brasileiros desde o governo FHC - quando Pedro Parente tentou mudar o nome da estatal para Petrobrax, e assim facilitar

seu venda, é filho do senador Fernando Bezerra de Souza Coelho (PSB-PE), ex-ministro da Integração Nacional no governo Dilma, investigado pela Lava Jato. Bezerra é alvo de dois inquéritos para investigar crimes como corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica eleitoral, o caixa dois.

Sobre a Eletrobrás declarou. “Vamos privatizar a holding e as unidades afiliadas. Estamos cientes de que há uma série de etapas e compromissos a serem passados. Temos condições de entregar, sim, até 2018”.

## Temer estima vender distribuidoras da Eletrobrás por preço “ligeiramente maior” do que 1 real

As distribuidoras da Eletrobrás serão privatizadas por um “valor simbólico”, afirmou o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, na segunda-feira (02). Ele disse que o objetivo não é liquidar o patrimônio público por R\$ 1, como afirmaram na imprensa. “Não será pelo valor de um real, é ligeiramente maior. O conceito do valor

simbólico continua. Porém, existe uma sistemática que vamos avaliar”, disse Ferreira.

O atual governo, com o objetivo maior de desmontar a Eletrobrás, estuda também oferecer às empresas privadas, de preferência estrangeiras, que abocanharem as distribuidoras – além do “valor simbólico” de venda – empréstimos do BNDES para que sejam feitos

os “investimentos” necessários, declarou Ferreira Júnior. A privatização das distribuidoras Amazonas Distribuidora, Boa Vista Energia, Companhia de Eletricidade do Acre, Companhia Energética de Alagoas, Companhia de Energia do Piauí e Centrais Elétricas de Rondônia, está marcada para o começo de 2018.

Setor de alimentos tombou 5,5% apenas de um mês para o outro, aponta o IBGE

A produção industrial brasileira caiu -0,8% em agosto, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contrariando a pretensa campanha de recuperação e estabilidade promovida por Temer e sua equipe econômica.

A queda observada frente a julho foi causada principalmente pela produção do setor de alimentos, que tombou, apenas de um mês para o outro, -5,5%.

Isso demonstra não só que a atividade produtiva continua no fundo do poço, mas que os brasileiros estão consumindo menos produtos de primeira necessidade. Em síntese, demonstra que o país continua em recessão.

A pesquisa do IBGE ressalta ainda que a produção da indústria encontra-se 17,8% abaixo do nível recorde alcançado em junho de 2013. Ou seja, a crise econômica provocada pela política de Dilma/Temer de investimento zero (inclusive o público) foi responsável por um perverso processo de desindustrialização no Brasil, que na prática se reflete na quebra de empresas e fechamento de portas de indústrias.

Seguindo a ordem de contribuição para a queda mensal, o setor de máquinas e equipamentos caiu -3,8% de julho para agosto – o que demonstra que o setor produtivo não está investindo e, portanto, está longe de qualquer “recuperação”.

A produção de coque, derivados do petróleo e bio-combustíveis também teve contribuição importante para o resultado de agosto, com queda de -1,6%; seguida pela indústria extrativa, que recuou -1,1%.

De acordo com análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a queda de -0,8% frente a julho,

já descontados os efeitos sazonais, “não é desprezível e mostra a fragilidade que a indústria ainda está sujeita”.

Contudo, não demorou que “analistas de mercado” começassem a dar a notícia de queda como um breve “soluço” da indústria. O destaque de alguns noticiários e da imprensa oficial foi o crescimento de 4% na comparação com o mesmo mês do ano passado e no acumulado no ano, de 3,3%.

E o Iedi que destaca, porém, o caráter sazonal da variação positiva, já que, além de comparada a uma base depressiva, foi baseada no crescimento quase que exclusivamente na produção de automóveis para fins de exportação (+33,3%) e dos desdobramentos da safra agrícola do primeiro semestre deste ano.

“Dentre estes fatores, destaca-se a safra agrícola, a liberação dos recursos do FGTS, e a ampliação das exportações de manufaturados, muito embora esta esteja fortemente concentrada na cadeia automobilística, restringido sua capacidade de dinamização do parque industrial como um todo. Seria necessário agora que outros fatores venham substituir todos esses que tendem a se enfraquecer”, diz a análise do Iedi.

Enquanto baseamos o nosso desenvolvimento econômico no desempenho das montadoras multinacionais e no setor agrícola e primário – e também exportador – o setor produtivo vive as consequências de uma das piores recessões da história do país, com desdobramentos perversos para o povo: apenas no último ano, mais de 1,1 milhão de pessoas perderam seus empregos, apurou o IBGE.

PRISCILA CASALE

## Para BNDES, devolver mais R\$ 180 bilhões ao Tesouro é “raspar o fundo do tacho”

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Paulo Rabello de Castro, declarou na quarta-feira (4) que a devolução de mais R\$ 180 bilhões do BNDES exigida pelo Tesouro Nacional “materialmente muito improvável”.

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda de Temer, quer a antecipação dos valores concedidos em empréstimos para pagar juros aos bancos em detrimento da produção e geração de empregos, através do banco de fomento.

O banco já se comprometeu a pagar R\$ 33 bilhões do total exigido por Meirelles. Outros R\$ 17 bilhões poderiam entrar na caixa até o fim do ano, restando R\$ 130 bilhões a serem resarcidos em 2018.

“Uma devolução para o ano de 2018 é materialmente muito improvável. Este recurso não vai estar lá e ponto”, declarou Rabello, em seminário na Câmara Árabe-Brasileira, acrescentando que isso só ocorreria se o banco “raspasse o fundo do tacho”.

O BNDES já devolveu cerca de R\$ 100 bilhões em dezembro do ano passado, que foi usado para pagar dívida com bancos. A dívida atual do BNDES com o Tesouro é estimada em cerca de R\$ 450 bilhões.

No mesmo dia, mais cedo, Meirelles declarou que está “rigorosamente analisando quais são as necessidades do BNDES de fato. Mais importante: na medida em que as taxas do BNDES começam a convergir para padrões de mercado e as taxas de mercado começam a cair, como estão, nós poderemos ter o BNDES emprestando a longo prazo, mas com acesso a fundos de mercado”.

“A ÚNICA COISA QUE NÃO CAI É O JURO REAL”

No seminário, o presidente do BNDES criticou os juros do Banco Central: “a única coisa que não cai é o juro real”. “Só o juro nominal cai. A TJLP [taxa de juros de longo prazo do BNDES para o setor produtivo] se esqueceu de cair. Continua rígida nos 7%”, declarou.



Meirelles quer mais recursos do BNDES para bancos

Escreva para o HP  
horadopovo@horadopovo.com.br

**HP**  
HORA DO POVO  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**

**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



# Justiça nega recurso de Pezão e proíbe privatização da Cedae

Para a juíza do Trabalho, Pezão coloca “os servidores uns contra os outros” ao condicionar o pagamento de salários à venda da companhia de saneamento

A 57ª Vara da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro negou, nesta terça-feira (3), o recurso feito pelo Estado do Rio de Janeiro contra a liminar que paralisou o andamento do processo de privatização da Cedae sob pena de R\$ 500 mil ao governo do Rio.

Na última sexta-feira, a juíza Maria Gabriela Nuti determinou que os servidores públicos sejam ouvidos no processo de alienação, caso queiram formar uma cooperativa no sentido de administrar a Cedae.

A magistrada criticou o governo de Luiz Fernando Pezão (PMDB). Segundo ela, o Estado busca colocar “os servidores uns contra os outros”, e que o “ônus da má administração da coisa pública não pode ser pago pelos funcionários”. Para Maria Gabriela, a Procuradoria Geral do Estado pediu pela revisão da decisão ao justificar que a venda da estatal seria o passo necessário para colocar os salários dos servidores em dia.

Com esta decisão, continuam suspenso quaisquer que sejam os processos que tratem sobre a venda da Cedae. O governo do Rio ainda analisa a situação para saber se há real impedimento para algum andamento. Em paralelo, ainda resta concluir o edital do pregão para a contratação do empréstimo de até R\$ 3,5 bilhões que terá como garantia as ações da estatal.

Prejudicada para facilitar a privatização, a Cedae está em uma situação financeira difícil. A política privatista e

de poucos investimentos na estatal resultam nos servidores até agora sem receber o 13º salário de 2016. São mais de 227 mil funcionários sem o vencimento quitado.

A privatização da estatal faz parte do “Regime de Recuperação Fiscal”, um acordo feito entre Pezão e o governo do presidente Michel Temer (PMDB) suspendendo o pagamento das parcelas da dívida do estado com a União até 2020, somando cerca de R\$ 63 bilhões. Mas para isso o Pezão tem que privatizar a Cedae. As ações da estatal servirão de garantia para um empréstimo de apenas R\$ 3,5 bilhões. Esses recursos serão usados, segundo o governo do estado, para acertar os salários dos servidores. PIQUETE

O Sindicato dos Trabalhadores de Saneamento e Meio Ambiente (Sintsama) realizou na terça-feira, um piquete em frente à sede da Cedae. Segundo o diretor financeiro do sindicato, João Xavier, a paralisação é de 24 horas e o objetivo é protestar contra as privatizações de empresas públicas como a Cedae, a Eletrobras, Furnas, Casa da Moeda, etc.

“Nosso objetivo é conscientizar os trabalhadores de que uma coisa está fora do eixo. Como podem vender uma empresa como a Cedae por R\$ 3 bilhões que não paga nem um mês de folha salarial do Estado? Depois da Cedae, vamos para a porta da Eletrobras”, afirmou João Xavier, que tem o apoio da Frente Internacionalista dos Sem-Teto (Fist).



Trabalhadores realizaram manifestação em defesa da Cedae na quarta-feira

## TRF mantém Bretas como juiz da Calicute

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) negou nesta quarta-feira (4), quatro pedidos da defesa de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio preso desde novembro, para declarar como suspeito o juiz federal Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, em processos da Operação Calicute. Os três desembargadores da 1ª Turma do TRF-2 decidiram por unanimidade rejeitar as quatro exceções de suspeição, que alegavam que Bretas prejudicou os réus durante entrevista publicada em julho pelo jornal “Valor Econômico” e por isso não deveria continuar responsável pelos processos.

Os advogados de Cabral defendem que o juiz adiantou sua decisão, por exemplo, ao afirmar na entrevista

que ainda tem dúvida sobre o processo referente às joias: “Nessa questão das joias existe uma dúvida ainda, eu ainda não decidi a respeito, se a joia era propina e ostentação ou se era lavagem de dinheiro”, afirmou Bretas. “Quando ele fez essa afirmação, a defesa ainda não havia se manifestado uma única vez no processo. Mesmo se isso tivesse acontecido, o magistrado não deveria ter feito nenhum comentário, porque o momento de um juiz se manifestar sobre um processo é por meio de sentença. Então, ele fez um prejulgamento, antecipou a sentença, o que é proibido pela Lei Orgânica da Magistratura”, afirmou um dos advogados de Cabral, quando propôs a suspeição, em julho.

O MPF sustentou ainda que não há proibição expressa para juiz dar entrevistas sobre feitos

pelos quais é responsável: “Conceder entrevistas está dentro da normalidade, principalmente se considerada a necessidade da transparência, com o maior interesse da população nas ações em curso. Isso, no entanto, não afasta o cuidado exigido nas declarações. Também por viés, não há nenhum indicativo de que sua parcialidade esteja previamente comprometida”, afirmaram os procuradores regionais da República Mônica de Ré, Silvana Batini, Carlos Aguiar, Andréa Bayão e Neide Cardoso, do Núcleo Criminal de Combate à Corrupção do MPT na 2ª Região. “Foram esclarecidas pelo magistrado, com clareza e precisão, suas razões, nas quais rechaçou por completo as acusações imputadas pelo autor da ação.”

## “Projeto de Richa acaba com direitos do funcionalismo e com investimento em educação e saúde”, diz Pacheco

O deputado estadual Márcio Pacheco (PPL) denunciou o projeto de lei 556/2017, que congela pelos próximos dois anos o pagamento dos salários e benefícios dos servidores, e investimentos em políticas públicas, aprovado em primeiro turno na Assembleia Legislativa do Paraná nesta terça-feira (3). O governo já deve aos trabalhadores 8,53% de reposição da inflação, previstas em Lei, de 2016 e 2017.

“Não se trata de proibir que se gaste mais do que se ganha. Aqui se trata de acabar com a garantia de direitos do funcionalismo e de investimentos em educação, saúde e segurança pública. Trata-se de um projeto de extrema crueldade”, justificou Pacheco.

O deputado enfatizou que irá continuar lutando contra as ações do governo Beto Richa que visam penalizar os servidores e também toda a população paranaense. “Fui eleito para defender os interesses da população, e vou continuar nessa linha, mas infelizmente esse governo tem adotado uma política que penaliza a maioria dos paranaenses”, destaca.

Chamado de “Teto de Gastos”, o PL 556 determina que o aumento das despesas do governo em 2018 e 2019 seja limitado ao índice da inflação acumulada no ano anterior. O economista Cid Cordeiro, assessor do Fórum de Entidades Sindicais (FES) do Paraná, aponta que a estimativa é que

o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registre variação de 3% em 2017. “Ou seja, a despesa com custeio do Estado e com pessoal, o que inclui salários e todas as vantagens, poderá aumentar, somente, 3% (teto) em 2017”, explica. Cálculos preliminares indicam que em 2018 a inflação não vai superar 4,4% (teto). Essa é a explicação básica, segundo Cid, para classificar o PL 556 de “Teto de Gastos”: o governo define que as despesas não poderão ter aumentos acima da inflação (IPCA).

Além disso, os servidores estaduais do Paraná chegaram ao final de 2018 sem nem mesmo a reposição inflacionária. Suspensão pelo governador Beto Richa (PSDB) por tempo indeterminado, “o pagamento da data-base ao funcionalismo público não tem condições de ser feito até o final da atual gestão”. A afirmação foi feita na quarta-feira (27) pelo secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, ao apresentar as contas do governo até o segundo trimestre deste ano na Assembleia Legislativa.

Uma das coordenadoras do Fórum das Entidades Sin-



Deputado Márcio Pacheco (PPL)

dicais do Paraná, Marlei Fernandes contestou os números apresentados pela Fazenda na Assembleia. Segundo ela, os dados mostrados aos deputados diferem dos publicados em Diário Oficial, pois desconideram uma arrecadação extra de R\$ 1,72 bilhão obtida em janeiro, fruto de antecipação de ICMS de oito empresas. “Ao não computar esse dinheiro, o secretário cria uma situação de muita crise no estado para dizer que não é possível dar o reajuste aos servidores. Mas essa é uma inverdade, os números não batem e já denunciamos isso ao Ministério Público”, argumentou.

## PPL-RS rechaça adesão gaúcha ao plano do governo federal de arrocho dos estados

O Partido Pátria Livre do Rio Grande do Sul (PPL-RS) lançou uma nota de repúdio ao governo Sartori pela adesão ao Regime de Recuperação Fiscal do Governo Federal, segundo o texto “este plano não soluciona a questão de fundo da crise dos estados, somente protela o aprofundamento da crise e compromete o futuro dos gaúchos”.

A nota aponta que “em 1997, o valor da dívida com a União era de R\$ 11 bilhões, hoje é de cerca de R\$ 57 bilhões e poderá passar dos R\$ 80 bilhões se o Estado do Rio Grande do Sul aderir a este regime que exige privatizações da CEEE, da CRM e da

SULGÁS, do BANRISUL, BRDE e BADESUL, e também da CORSAN, prevenido, além disso a alienação de Ativos do Estado, congelamento de salários, não realização de concursos e, ainda mais, a renúncia ao direito das ações judiciais movidas pelo estado questionando a dívida com a União e o pagamento de juros sobre juros”.

Outra crítica levantada é o não pagamento das parcelas da dívida com a União por três anos, gerará “uma dívida ainda maior e impagável ao fim deste período”.

Como solução a nota aponta para o “enfrentamento à sonegação fiscal (que em 2016 foi de R\$

7,8 bilhões); a revisão dos incentivos fiscais para as grandes empresas (em 2017 já somam R\$ 9 bilhões); a revogação dos efeitos da Lei Kandir sobre o Rio Grande do Sul e a busca de seu devido ressarcimento; seguir na luta pela atualização desta dívida que já foi paga”.

Por último, a nota ressalta articulação para a reapresentação da PEC do duodécimo, incentivada pelo Deputado Estadual Miguel Bianchini (PPL), que “visa auxiliar o estado superar a crise fazendo o repasse aos poderes legislativo e judiciário de forma real, em cima do orçamento realizado e não do estimado”.



horadopovo@horadopovo.com.br

### Cumplicidade

Senadores delatados e que são muitos, agora querem proteger o Aécio Neves, corrupto e ladrão, tem mesmo que perder o cargo de Senador e ir para a cadeia. Claudio Cesar Mendes Cesar – por correio eletrônico

### Oi

Uma decisão da Anatel determinou que a empresa de telecomunicações Oi libere o uso dos telefones públicos, os “orelhões”, para a realização de chamadas para telefones fixos em 14 estados. Olhando assim, a decisão parece boa, já que permitiria que a população utilizasse os orelhões. Mas, a questão é exatamente esta! A Oi foi punida justamente por não manter 90% dos telefones públicos em funcionamento. E, enquanto a Anatel obriga a Oi a liberar as ligações, a Oi não fica obrigada a melhorar o serviço de telefones públicos (cujas chamadas são mais baratas que a de um celular). A punição é tão “pra inglês ver”, que a Oi não questionou a decisão. Disse apenas que iria cumpri-la. Fica agora a pergunta: Quem, nesses 14 estados conseguirá fazer uma ligação, já que os orelhões não funcionam mais em lugar nenhum?

César dos Santos de Oliveira – por correio eletrônico

### Luta

A luta dos trabalhadores dos Correios contra o desmonte da estatal, praticado pelo governo federal com a clara intenção de privatização, é uma coisa bonita de se ver.

Todos os setores do país deveriam confrontar o governo de tal forma. E preciso mostrar que o trabalhador está cansado das falcaturas e picuinhas dos governantes, que estão ostentando com o dinheiro do povo. É necessário enfrentamento e paralisações sérias e árduas. A luta de vocês do Hora do Povo também é essencial neste momento, continuem assim, amigos.

Hector Santos Melo – São Paulo, SP

## Professores da UERJ permanecem em greve

Em Assembleia Docente realizada nesta quarta-feira (4), os professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) decidiram pela continuidade da paralisação da categoria iniciada na última terça-feira (3).

Além da falta de salários de agosto, setembro e o 13º, eles reivindicam o pagamento de bolsas atrasadas - o último depósito realizado foi em agosto - e a reabertura do restaurante universitário fechado há quase um ano.

O diretor da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj), Guilherme Abelha, disse que é preciso nacionalizar o debate sobre a universidade pública e defendeu uma greve nacional para protestar contra os cortes no financiamento das instituições. “Nós vemos similitudes entre o que está acontecendo com a Uerj e outras universidades. O próprio sistema federal está com problemas gravíssimos de custeio, não só as universidades, mas os centros de pesquisa também”.

Com repasses irregulares, a UERJ enfrenta a pior crise de sua história. Nos últimos cinco anos a falta de pagamentos que estavam previstos no orçamento alcançou os R\$ 800 milhões. Somente em 2016, R\$ 300 milhões deixaram de ser repassados. Os dados são da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio.

## Deputados alagoanos criam Frente em Defesa da Chesf e do Rio São Francisco

A Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE) aprovou na terça-feira (3), a criação da frente parlamentar em defesa da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e do Rio São Francisco.

Segundo o deputado Inácio Loiola (PSB), que apresentou a proposta, a situação do rio é grave e representa um dos maiores problemas do Brasil. “E para agravar muito mais esse quadro, o governo Temer, numa atitude inexplicável coloca a venda parte da Eletrobras e dentro das empresas vinculadas a esta, está a Chesf”, salienta o parlamentar.

Durante a plenária, também foi aprovada a realização de uma audiência pública, no próximo dia 17, para discutir o assunto e a instalação da frente.

O deputado Francisco Tenório (PMN), que subscreveu a frente, sugeriu a elaboração de um documento enfocando o posicionamento do Estado em relação a venda da Chesf e sobre a degradação do Rio São Francisco.

“No dia da audiência pública, nós iremos elaborar um documento, que será posto à apreciação do plenário e, sendo aprovado, enviado à presidência da República, ao Parlamordeste e ao Congresso Nacional, mostrando a posição do Estado de Alagoas frente a necessidade de preservação do Rio São Francisco”, informou Tenório.

## RS: Sartori anuncia venda de 49% do estatal Banrisul

O governo do Estado do Rio Grande do Sul anunciou, na última quarta-feira (4), que vai vender 49% do capital votante do banco estatal Banrisul, além das ações preferenciais, para “solucionar em parte as atuais dificuldades” financeiras. O governo estadual está negociando um plano de recuperação fiscal com o governo federal no mesmo molde do Rio de Janeiro, com base na queima das estatais, congelamento de salários, não realização de concursos e renúncia ao direito das ações judiciais questionando a dívida com a União.

O Estado possui atualmente cerca de 204,2 milhões de ações ordinárias do Banrisul, representando 99,58% do capital votante, e 28,8 milhões de papéis preferenciais, representativos de 14,2% do total. A projeção é que a venda das ações arrecade de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões, o que pagaria duas folhas de pagamento do Estado, que gasta R\$ 1,4 bilhões brutos por mês em salários.

Para pagar a dívida com a União, que está em R\$ 57 bilhões, o governador José Ivo Sartori (PMDB), já extinguiu 11 órgãos estaduais, principalmente ligados a planejamento, pesquisa e desenvolvimento humano, parcelou o salário dos funcionários por cerca de um ano e elevou contribuição previdenciária dos servidores estaduais de 13,25% para 14%. A segurança pública foi fortemente afetada, os policiais pararam de receber horas extras e houve diversos relatos até de falta de gasolina. O efetivo caiu, e uma onda de

crimes tomou conta do Estado. Os professores pediram até o impeachment do governador.

A oposição destaca que além da grande perda de patrimônio, o governo pretende usar o dinheiro arrecadado pela venda do Banco para pagar despesas correntes, como a folha de pagamento, o que significa que bilhões desaparecerão do dia para a noite sem representar melhora significativa nas contas do estado, nem benefício para a população. Os deputados também destacam que embora a operação não precise do aval do Legislativo para se concretizar, há por parte do governo muita “falta de diálogo”.

Na avaliação do deputado Pedro Ruas (PSOL), a oferta de ações “não resolverá os problemas financeiros” do estado, e, por se tratar de patrimônio público, deveria ter sido debatida antes com a sociedade. “Ninguém sabia dessa decisão sobre o Banrisul, e isso não é republicano. O governo age como se fosse dono das informações. A Assembleia não pode simplesmente ficar sabendo das coisas pela imprensa. É um absurdo”, enfatizou o deputado.

No começo de setembro, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que estava em “conversas preliminares” com o governo gaúcho para selar o acordo. Mas na ocasião, Sartori negou qualquer possibilidade de alienação do banco, destacando que politicamente, seria muito complicado e que com a recessão econômica o estado arrecadaria muito pouco para queimar um ativo tão importante.



Venda das ações do banco é parte dos pré-requisitos do governo federal para que o Rio Grande entre no plano de Recuperação Fiscal de Meirelles e Temer

## Projeto para facilitar demissão de servidor é aprovado na CCJ

Foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, na quarta-feira, o projeto que permitirá a demissão de servidores públicos. O projeto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator, senador Lasier Martins (PSD-RS), ao Projeto de Lei Complementar (PLS 116/2017) da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

O texto - elaborado dentro de um conjunto de ações do governo que visa o desmonte do serviço público, como a abertura de PDV (demissões "voluntárias"), congelamento salarial do funcionalismo e terceirizações, permite a demissão de servidor público estável por "insuficiência de desempenho", abrangendo todos os Poderes da República, nos níveis federal, estadual e municipal. Conforme o projeto, o servidor será avaliado, levando em conta "inovação, responsabilidade, capacidade de iniciativa, foco no usuário/cidadão", entre outros itens, criados para motivar a demissão.

O projeto foi amplamente repudiado por entidades de todo o país. Para José Ailton Pinto de Mesquita, coordenador do Sindjufe/MS (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União em Mato Grosso do Sul), "sob a falsa premissa de se tratar da avaliação periódica dos servidores públicos da União, Estados e Municípios, e sobre os casos de exoneração por insuficiência de desempenho, o PLS 116/17 é a ferramenta pela qual as vagas destinadas a terceirizados serão disponibilizadas, preenchidas por trabalhadores em situação vulnerada frente a patrões em condições infinitamente superiores de negociação. E o pior: sem a Justiça do Trabalho para garantir o mínimo de dignidade a essa relação empregatícia", afirma.

Além disso, ressalta, Gilberto Melo, coordenador-geral do Sindjuf/SE, "a proposta prevê que servidores concursados e estáveis sejam punidos com a exoneração por aqueles que ocupam cargos políticos, favorecendo ainda mais esta classe, a política, que se acha dona do Brasil. Vemos isso como uma estratégia covarde de fortalecer a política do Estado Mínimo e enfraquecer o serviço público, num momento de total fragilidade e incerteza político-econômica em todo o país".

Contra o projeto, os servidores públicos convocam novas mobilizações em Brasília, e intensificação da campanha contra o projeto para barrar a tramitação do texto que ainda deve passar pela Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Transparência e Governança antes de seguir para votação no plenário do Senado.

# Correios nas ruas denunciam arrocho e desmonte da estatal



Concentração no vão do MASP deu início à passeata até a sede dos Correios



Manifestação teve a participação da COBAP, CGTB e diversas entidades

## CMB realiza protesto em Brasília pelo fim das 'reformas' trabalhista e previdenciária

A Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) organizou nesta terça-feira, 03, um ato na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), pela revogação da "reforma" trabalhista e contra o plano do governo de acabar com as aposentadorias através da "reforma" da Previdência.

Iniciado em frente ao Ministério do Trabalho e Previdência, o ato seguiu pelo Eixo Monumental até chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF). Durante o percurso, a presidente da CMB, Gláucia Morelli, denunciou que "a lei de Temer que extingue os direitos trabalhistas e a CLT, desse ano, e a PEC da morte (PEC 55 que estabelece teto de investimentos), de 2016, já resultam em mais miséria, desemprego e caos na saúde pública. "Não permitiremos que as mulheres sejam ainda mais prejudicadas com essas reformas", salientou.

O ato contou com o apoio de diversas entidades, como a COBAP (Confederação Brasileira

de Aposentados, Pensionistas e Idosos), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Força Sindical, Federações de Mulheres de São Paulo, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz.

Durante o protesto, as representantes da CMB tentaram entrar no STF para entregar um manifesto pela revogação da Reforma Trabalhista, mas lhes negaram a entrada. Em seu documento, a CMB denuncia que "o fechamento do Programa Farmácia Popular; a ausência de atendimento em UTIS com pessoas morrendo nas filas; o fechamento de Clínicas de Saúde da Família; o fechamento de 20 maternidades na cidade de São Paulo e mais de 23 mil leitos do SUS, a aprovação da lei que permite o trabalho da gestante em locais insalubres com atestado feito por médico pago pelo patrão, o fim do direito à amamentação, a redução dos salários, o aumento da

discriminação no trabalho com o fim do direito ao salário igual para trabalho igual é a cruel e sangüinária realidade de fome, desespero, peregrinação, dor e morte que as famílias, e sobretudo as mulheres, as crianças e os idosos estão enfrentando".

O resultado desta política são os "26,5 milhões de desempregados ou subempregados e a maior recessão em toda a história do Brasil agravando a fome, a miséria e o total retrocesso na garantia dos direitos sociais e trabalhistas, (...) É agressão e descaso sem fim com o povo e o país", continua o documento.

Gláucia salientou que "as maldades não param e as ruas serão a resistência. Não daremos sossego a todos que buscam a impunidade assaltando os direitos de mulheres e homens que lutam honestamente para colocar a comida na mesa de seus filhos e criá-los ensinando dignidade e honra". "A cobrança do povo será do tamanho de sua dor", alertou Gláucia.



Warley Martins, presidente da Confederação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP)

Presente no ato em defesa dos direitos trabalhistas e da Previdência Pública, organizado pela CMB (Confederação das Mulheres do Brasil), o presidente da COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos), Warley Martins defendeu a CLT e apontou que é "preciso que a Previdência volte a ter um Ministério, e não que seja vendida, como querem Temer e sua quadrilha".

"A Cobap resslata que estamos organizando abaixo-assinado para revogar essa lei da escravidão. A CLT é a única garantia de que hoje o trabalhador tenha uma condição digna de trabalho. Sem a garantia dessa lei, fica todo mundo sem proteção, dependendo

da bondade dos patrões. Essa lei é desumana, e é ruim para os da ativa e os aposentados, porque vai levar o país inteiro para o buraco", explica Warley.

O dirigente dos aposentados ainda pontuou que "a Previdência é a segunda maior arrecadação no país, mas ao invés de ser fortalecida, de ampliarem a sua ação, querem destruí-la, fazendo com que todo trabalhador que tenha um pouco mais de condição corra para a previdência privada - enquanto que o pobre está condenado a trabalhar até a morte".

"A CMB está muito certa em fazer esse ato e vamos dar todo o apoio, não vamos deixar que destruam nosso país. Nenhum direito a menos", conclamou Warley.

Milhares de funcionários em greve fizeram manifestação contra a retirada de direitos

Os trabalhadores dos Correios realizaram protestos pela manhã da última quarta-feira, 4, na região central da capital paulista. A greve dos ecetistas, deflagrada por aumento real, pela manutenção de direitos e contra a privatização dos da empresa, tem adesão de trabalhadores em todos e no Distrito Federal. Para o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo, Grande São Paulo e zona postal de Sorocaba, a categoria está em greve "para defender a empresa pública" e "o direito da população ao serviço de qualidade prestado pelos Correios", afirmou a entidade.

Com faixas, cartazes, e até caixões com imagens do presidente Michel Temer, do ministro das Comunicações, Gilberto Kassab e do presidente dos Correios Guilherme Campos, os ecetistas deram início ao ato por volta das 11 horas no vão livre do Masp, na Avenida Paulista, seguiram em caminhada por vias do Centro e terminaram a manifestação no Vale do Anhangabaú, onde fica a sede dos Correios. A categoria entrou em greve no dia 26 de setembro, e reivindica em movimento unitário de trabalhadores de unidades dos Correios em todo o país, aumento salarial de 8%, a manutenção do plano de saúde, mais segurança no trabalho e contra a privatização da empresa.

Em carta aberta entregue à população durante o ato, o sindicato denuncia que o governo Temer e seus aliados "estão destruindo os Correios" e a desculpa usada pelo Palácio do Planalto é "que a empresa está em crise, dando prejuízo. A mesma que o governo usa para justificar o roubo de direitos do povo com as reformas trabalhista e da previdência e a privatiza-

ção das estatais, como no sistema elétrico", lembra a entidade.

Em Brasília, ecetistas também realizaram protestos em frente do edifício sede da estatal e nas ruas da Esplanada dos Ministérios na terça-feira. O ato teve passeata até o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, onde foi encerrado no fim da tarde. "Foi um ato de resistência e de demonstração de força da categoria", disse a presidente do sindicato Amanda Corcino.

### TST FAZ PROPOSTA

Na tarde de quarta-feira, 4, no distrito federal, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) apresentou uma proposta de acordo coletivo para os funcionários dos Correios, que propõem um reajuste de 2,07% (INPC) nos salários e benefícios retroativo ao mês de agosto deste ano, compensação de 64 horas e desconto dos demais dias de ausência e manutenção de cláusulas sociais no acordo.

Ainda noite de quarta-feira, a Federação Nacional dos Trabalhadores (Fentect), que representa 31 sindicatos, se reuniu para analisar a proposta sugerida pelo tribunal. Segundo a entidade o Comando Nacional de Mobilização e Negociação da FENTECT, buscará esclarecer pontos da proposta para orientar à categoria se aceita ou não a oferta do TST. Os trabalhadores dos correios realizarão novas assembleias na próxima sexta-feira, 6, conforme orientação do comando grevista. "É imprescindível que os trabalhadores permaneçam atentos e participem das assembleias em cada estado. Independente do que for definido pela representação dos trabalhadores, somente a categoria, em assembleia, poderá definir a aprovação ou não da proposta" disse a FENTECT.



Paralisações e greves serão no dia 10/11

## Movimento Brasil Metalúrgico se reúne para novo ato nacional

As entidades e federações que compõem o movimento Brasil Metalúrgico voltaram a se reunir nesta quarta-feira, 04, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, após a Plenária Nacional dos Trabalhadores da Indústria, realizada na semana passada.

Em meio à negociações coletivas importantes, os dirigentes da categoria foram enfáticos na bandeira do movimento: "Queremos renovar todas as cláusulas da Convenção Coletiva". "Nenhum direito a menos", reforça o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres. Além da pressão nas fábricas para impedir retrocessos, os metalúrgicos organizam um novo dia de paralisações e greves para o próximo dia 10 de novembro.

O presidente do sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, José Pereira dos Santos, aponta "que os atuais legisladores, a serviço do grande capital, aprovaram uma lei draconiana, que agride os trabalhadores, afeta as entidades sindicais e enfraquece a Justiça do Trabalho. A lógica é precarizar o trabalho, estabelecendo a força nas relações entre quem vende e quem compra mão de obra". "A

qualidade das relações capital-trabalho indica o grau de desenvolvimento de um País. Nós, capital e trabalho, não temos o direito de piorar as coisas. Ao contrário. Nosso papel é fazer a Pátria caminhar para a frente", completa o dirigente.

### NENHUM DIREITO A MENOS

Os metalúrgicos estão em campanha nacional unificada para que os direitos garantidos nas Convenções Coletivas não seja revogados - sob pretexto da nova lei trabalhista de Temer. O comando de negociação da Campanha em São Paulo fez nesta terça-feira, 03, a primeira reunião de negociação com o grupo patronal 3 (autopeças) e é justamente isso que as empresas querem; derrubar acordos antigos.

Entre as propostas defendidas pela empresa, estavam a revisão das cláusulas sindicais e sociais, manutenção dos pisos salariais sem reajuste e criação de um teto de reajuste para pequenas e médias empresas.

Na ocasião, Miguel Torres esclareceu que "vamos resistir e lutar para incluir na Convenção os direitos que foram tirados pela nova legislação trabalhista".



Manifestação dos servidores, realizada na sexta

## Servidores repudiam ameaça do Governo do Rio Grande de demitir professores temporários em greve

O Governo do Rio Grande do Sul informou que pretende demitir professores com contratos temporários que aderiram à greve dos professores. Desde o mês passado os servidores gaúchos estão em greve contra atrasos e parcelamentos de salários e do 13°.

De acordo com o secretário da Casa Civil, Fábio Branco, o governo pretende ainda descontar os salários dos funcionários de escola que não estão indo trabalhar. E que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) está analisando a liminar concedida pela Justiça que impede o corte do ponto de grevistas. "Vamos tentar cassar essa liminar e fazer isso sempre com a

verdade" disse Branco.

No dia seguinte ao anúncio do governo, centenas de professores realizaram um novo ato de protesto em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre. Para a presidente do sindicato dos professores (Cpers Sindicato) Helenir Aguiar Schürer, a ameaça do governo é desprovida de seriedade. "Se o governo chegar a fazer isso decreta o fim do ano letivo, pois não haverá professores. O risco de não finalizar o ano letivo é por conta e risco do Estado, do senhor José Ivo Sartori. Menos ódio e mais maturidade. Queremos os nossos direitos e o governo precisa começar a governar, a ofertar propostas", rebateu Schürer.





# Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 8

Continuação da edição anterior

A correspondência de D<sup>a</sup> Leopoldina revela uma mulher excepcional para o seu tempo, sobretudo – e antes de tudo – em se tratando de alguém nascida e criada na corte dos Habsburgos, família dinástica que não passou à História por seu brilhantismo. A imperatriz Leopoldina parece uma exceção – talvez por sua identificação com um projeto de Nação que era oposto ao esclerosado credo dos Habsburgos

CARLOS LOPES

**E**uclides da Cunha, em seu ensaio “*Da Independência à República*”, ao escrever sobre José Bonifácio, referiu-se, com seu característico estilo, à “*figura anormal desse homem que sobranceou o seu tempo, mercê de uma cultura integral dilatando-lhe o espírito por todas as ordens de conhecimentos, da mineralogia transfigurada por Werner à química recém-instituída por Lavoisier, até as mais transcendentais cogitações de Kant ou de Fichte*” (cf. Euclides da Cunha, “*A Margem da História*”, Lello Brasileira, 1967, p. 185).

Euclides, portanto, caracteriza José Bonifácio como um homem do Iluminismo – membro da mesma plêiade da qual fizeram parte Diderot, Voltaire, Rousseau, d’Alembert, Montesquieu.

José Bonifácio residiu e estudou na França de 1790 a 1792 – em meio à Revolução Francesa.

Daí, a sua anotação posterior:

“*Os horrores das revoluções talvez sejam menores que os da matança de São Bartolomeu; e, todavia, esta matança não acabou com o Catolicismo. E por que quererão acabar hoje com as verdades que patenteou e incutiu a Revolução Francesa?*”

Ou, também:

“*Os que se opõem às reformas por nimio respeito da antiguidade, por que não restabelecem a tortura, a queima dos feiticeiros etc.? Seriam nossos pais culpáveis para com os seus antigos quando adotaram o Cristianismo e destruíram a escravidão na Europa? Não era isto abandonar a antiguidade para ser moderno? E por que não aproveitaremos nós as luzes do nosso tempo para que a nossa posteridade tenha também uma antiguidade que de nós provenha, mas que o deixe de ser logo que o progresso do espírito humano assim o exigir?*” (ambas as citações estão na coletânea organizada por Octávio Tarquínio de Sousa, “*O Pensamento Vivo de José Bonifácio*”, Liv. Martins, 1944).

## O HOMEM

Um autor, que não foi um admirador dos Andradas, escreveu sobre as “preciosas qualidades, intelectuais e morais, que se encontravam reunidas em José Bonifácio (...)”. A sua tenacidade era um contrapeso às vacilações de D. Pedro, cuja iniciativa ele encorajava. Mareschal [o representante da Áustria e da Santa Aliança (Áustria, Prússia e Rússia)] no Rio de Janeiro notou-lhe desde logo essa superioridade sobre o Conde dos Arcos, que procurava adormecer as faculdades do Príncipe para governar livremente. A sua espantosa atividade, a sua extrema viveza causavam admiração ao Ministro austríaco (...). O Almirante Roussin duvidava que existisse no mundo ‘velhinho mais fogoso; aos sessenta e seis anos, nem seu corpo, nem seu espírito um momento sequer estavam em repouso’. (...) Apresentando a eficácia da política seguida no Brasil, em contraste aos desacertos e

lentidão da política das Cortes, dizia Borges Carneiro [um dos líderes das Cortes de Lisboa]: ‘Ali, um só homem, José Bonifácio de Andrada e Silva, com a energia do seu caráter, imprevista forças de mar e terra, acha recursos em abundância e os põe pela porta afora com a maior sem-cerimônia possível.’

“Além de grande proibidade”, continua esse autor, “(...) a sua cultura intelectual era intensa e punha-o acima de quase todos os brasileiros ilustrados do seu tempo. Era laureado em filosofia e letras; conhecia Shakespeare e Dante tão bem como Camões, as musas francesas tão intimamente quanto as que haviam inspirado a Schiller e Goethe; a toda essa cultura moderna precedia o seu convívio com os clássicos gregos e latinos. Os centros científicos estrangeiros tinham-no em alta conta. A Sociedade de História Natural de Paris publicou-lhe nas respectivas atas a memória acerca dos diamantes do Brasil e as descobertas de novas espécies de minerais. O fato de falar seis línguas e entender onze avultava-lhe os dotes, no meio da gente a quem tal dom pareceria quase sobrenatural.

“José Clemente reconhece que ele era ‘o único homem apontado então para dirigir a revolução’, porque além de ter o favor da popularidade ‘reunia vasto saber, imaginação viva, atividade sem igual e intrepidez remarcável’. São dignas da sua memória as palavras proferidas a seu respeito, poucos anos depois da sua morte, por esse generoso adversário, um dos mais atingidos pela sua cólera: ‘Os serviços desse grande homem nunca poderão ser assaz remunerados; honrou com os seus talentos a sua pátria no país e no estrangeiro, e o seu nome será sempre inseparável da Independência do Brasil, a qual lhe é devida em grande parte.’” (cf. Tobias Monteiro, “*A Elaboração da Independência*”, Tomo 2, ed. cit., pp. 733-735).

## O BRASILEIRO

Essas qualidades de José Bonifácio, no entanto, raramente são reconhecidas como uma condensação de um processo histórico que se desenvolvia, no Brasil, desde a guerra de libertação contra os holandeses. Como nota o mesmo autor:

“Nos fins do século XVIII a maioria dos talentos do Reino [de Portugal] já era de origem brasileira, e a população do Brasil já era a maior e mais rica. Latino [o escritor e político português Latino Coelho] lembra os nomes de Morais, do Dicionário, do poeta Pereira Caldas, do jornalista e publicista Hipólito, de Azeredo Coutinho (bispo de Eivas), do matemático Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá), dos químicos Nogueira da Gama (Marquês de Baependi) e Seabra, do botânico Conceição Veloso, do explorador e zoólogo Alexandre Rodrigues Ferreira, do mineralogista Feijó, de Câmara Bitencourt (companheiro de José Bonifácio na viagem científica pela Europa), dos médicos Melo Franco e Elias da Silveira. No Brasil tinham



crecido e floresciam Antônio José [o teatrólogo Antonio José da Silva, executado pela Inquisição em 1739], Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Cláudio [Manoel da Costa], Alvarenga Peixoto. Aliás, poderia ainda aumentar aquele rol com outros nomes que então já brilhavam ou começaram a brilhar ao abrir-se o século XIX: o botânico Arruda Câmara, Baltazar Lisboa, o bispo Azeredo Coutinho, Souza Caldas, Aires Casal, Fr. Leandro do Sacramento, Picanço, Silva Lisboa, João Severiano (Queluz), Mariano da Fonseca (Maricá), Fernandes Pinheiro (São Leopoldo), Carneiro de Campos (Caravellas), José Egídio (Santo Amaro), os irmãos Andrada” (op. cit, p. 501).

Havia nesses homens – e, progressivamente, cada vez mais – uma altivez advinda de suas conquistas intelectuais, que identificavam, também progressivamente, com a terra em que nasceram ou cresceram. Portugal tornara-se pequeno demais para eles – não qualquer Portugal, mas o decadente país em que este se tornara, cada vez mais dependente da economia inglesa e mais submisso à política da Inglaterra.

Não espanta, portanto, que o ânimo, as ideias – em suma, o espírito – dos homens da Independência (segundo o testemunho de José Clemente Pereira, inclusive de D. Pedro I durante o ministério dos Andradas, período que vai de janeiro de 1822 a julho de 1823), eram antagonísticos à dependência externa do país, especialmente da Inglaterra.

É ostensivo como José Bonifácio tenta uma aproximação com o representante da Santa Aliança, o barão austríaco Philippe Leopold Wenzel von Mareschal, como contrapeso à influência inglesa, apesar do dogma do príncipe de Metternich, chanceler da Áustria, que consistia em restaurar o absolutismo – ou, o que é a mesma coisa, em combater qualquer monarquia constitucional, para não falar das repúblicas (para Metternich, aliás, não havia muita diferença entre monarquia constitucional e república).

Porém, apesar do reacionarismo quase delirante – mesmo na primeira metade do século XIX – da Santa Aliança, existia uma ponte com a Áustria: a princesa, e, depois, imperatriz Leopoldina era, também, uma arquiduquesa austríaca, isto é, filha do imperador da Áustria, Francisco I.

D<sup>a</sup> Leopoldina tornou-se muito amiga de José Bonifácio já no início de 1822 – entre outras razões porque, falando fluentemente alemão, ele era uma das poucas pessoas com as quais, no Rio de Janeiro, a então princesa podia falar no idioma de seu país-natal.

Porém, em público, ela sempre fazia questão de falar português – e até sua correspondência com José Bonifácio foi escrita em português, o que, para ela, devia ser um esforço não pequeno. Apesar disso, como observou Afonso d’Escragno Taunay, “para uma estrangeira, e para o tempo, as cartas de dona Leopoldina se apresentam bem escritas, quanto à ortografia e sintaxe portuguesa. O marido, por exemplo, escrevia pior do que ela” (v. “*Cartas inéditas da imperatriz Leopoldina a José Bonifácio*”, RIHGB, T. 91, Vol. 145, 1922, p. 704).

Aliás, a correspondência de D<sup>a</sup> Leopoldina revela uma mulher excepcional para o seu tempo, sobretudo – e antes de tudo – em se tratando de alguém nascida e criada na corte dos Habsburgos, família dinástica que não passou à História por seu brilhantismo.

A imperatriz Leopoldina parece uma exceção – talvez por sua identificação com um projeto de Nação que era oposto ao esclerosado credo dos Habsburgos.

Ela fez o possível para facilitar a vida do novo país. Por exemplo, diz ela ao imperador Francisco I, em carta do dia 6 de abril de 1823:

“Desde que meu esposo tomou as rédeas do Estado, Deus sabe que, não por sede de poder ou ambição, mas para satisfazer o desejo do probo povo brasileiro, que se sentia sem regente, dilacerado em seu íntimo por partidos que ameaçavam com uma anarquia ou República; qualquer um que se encontrasse na mesma situação faria o mesmo: aceitar o título de Imperador para satisfazer a todos e criar a unidade.

“É meu dever fazer o papel de intercessora do nobre povo brasileiro, pois todos nós lhe devemos algo; nas circunstâncias mais críticas, este povo fez os maiores sacrifícios, que demonstram amor à pátria, para proteger sua unidade e o poder real.

“Todas as províncias se unem pelo mesmo interesse, mesmos anseios. Agora, nada mais me resta desejar senão que o senhor, querido pai, assumo o papel de nosso verdadeiro amigo e aliado; certamente será para meu esposo e



**Dona Leopoldina: “É meu dever fazer o papel de intercessora do nobre povo brasileiro, pois todos nós lhe devemos algo; nas circunstâncias mais críticas, este povo fez os maiores sacrifícios, que demonstram amor à pátria, para proteger sua unidade e o poder real”**

para mim um dos nossos dias mais felizes, quando tivermos essa certeza; quanto a mim, caríssimo pai, pode estar convicto de que, caso aconteça o contrário, para nosso maior pesar, sempre permanecerei brasileira de coração, pois é o que determinam minhas obrigações como esposa e mãe, e a gratidão a um povo honrado que se dispôs, quando nos vimos abandonados por todas as potências, a ser nosso esteio, não temendo quaisquer sacrifícios ou perigos”.

Ela sabia perfeitamente da péssima recepção, na corte de seu país, da separação do Brasil de Portugal – e, ainda mais, do propósito declarado de instalar no país uma monarquia constitucional. Assim, tenta acalmar a corte de Viena:

“Estou certa, meu caríssimo pai, haver quem vos tenha dito ou escrito que aqui se queria fazer uma Constituição como a dos pérfidos portugueses ou das sanguinárias Cortes espanholas; mas garanto-vos ser mentira e ocorre-me o dever de dar os motivos principais da minha opinião. Na Assembleia das Cortes [é como ela se refere à Constituinte do Brasil] há membros de elevados talentos e grande retidão, respeitosos do Poder Real e que o sabem sustentar. A Assembleia compõe-se de duas Câmaras. O Imperador possui o direito do veto absoluto. Ao seu Conselho Privado e aos seus ministros, todos de sua escolha, não é dado o menor direito nem de intervir nem de opor-se; são todos como a domesticidade e os oficiais da Corte. O Imperador possui igualmente todos os atributos que auxiliam a manutenção da sua força, tais como, Chefe do Poder Executivo e Chefe dos Negócios Políticos”.

Esta carta foi escrita, por D<sup>a</sup> Leopoldina, 27 dias antes da abertura dos trabalhos da Constituinte. Na mesma carta, ela também argumenta com os interesses comerciais da Áustria – que eram muito restritos no Brasil, com o quase monopólio por parte da Inglaterra:

“O destino do Brasil interessa altamente aos poderes europeus, especialmente no que tange aos interesses comerciais. As nossas Cortes não têm desejo mais ardente do que o de estabelecer tratados comerciais com as terras da Áustria. A extraordinária riqueza do Brasil em peles, madeiras e mantimentos poderão, dessa maneira, ficar à disposição da minha querida pátria” (cit. in João Alfredo dos Anjos, “*José Bonifácio, Primeiro Chanceler do Brasil*”, Fundação

Alexandre de Gusmão/MRE, Brasília, 2008, p. 206).

## O SUL

A outra linha de resistência à dependência, na política de José Bonifácio, era a formação de uma aliança com as repúblicas da América do Sul, que acabavam de se tornar independentes da Espanha.

Em um informe para Viena – ou seja, ao príncipe de Metternich – o barão Mareschal relatou, a 17 de maio de 1822:

“... o Senhor d’Andrada vai mais longe e eu o ouvi dizer na Corte, diante de vinte pessoas, todas estrangeiras, que se fazia necessária a grande Aliança ou Federação Americana, com liberdade de comércio; que se a Europa se recusasse a aceitá-la, eles fechariam os seus portos e adotariam o sistema da China, que se viéssemos atacá-los, suas florestas e suas montanhas seriam as suas fortalezas, que numa guerra marítima nós teríamos mais a perder do que eles” (cf. José Vicente de Sá Pimentel (org.), “*Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*”, Volume 1, Fundação Alexandre de Gusmão/MRE, Brasília, 2013, p. 89).

Cronologicamente, essa era, inclusive, a primeira linha de José Bonifácio:

“No Brasil, após as primeiras medidas de política interna, José Bonifácio inicia pelo Prata a ação externa do Brasil independente, ainda em maio de 1822, convocando Antônio Manuel Corrêa da Câmara para representar o país em Buenos Aires. (...) Câmara devia fazer ver a Buenos Aires que aquele era o momento de apoiar o Brasil, pois, uma vez ‘consolidada a sua Reunião e Independência’, a Europa naturalmente entenderia ser impossível restabelecer o domínio colonial sobre ele e sobre as demais colônias americanas.

“Vencida a primeira etapa da missão – convencer os seus interlocutores de que os interesses do Brasil são os mesmos dos demais Estados deste ‘hemisfério’ – deveria Câmara prometer que o Príncipe Regente reconhecera a independência política das nações vizinhas e ‘lhes exporá as utilidades incalculáveis que podem resultar de fazerem uma Confederação ou Tratado ofensivo e defensivo com o Brasil (...) nenhum desses Governos poderá ganhar amigo mais leal e pronto do que o Governo Brasiliense; além das grandes vantagens que lhes há de provir das relações comerciais que poderão ter reciprocamente com este Reino’.

“Bonifácio tinha plena consciência de que a proposta apenas encontraria eco se fossem superadas as ‘desconfianças’ em relação à boa-fé do Governo brasileiro. Isso mesmo argumentava o Chanceler a Corrêa da Câmara, recomendando que ele fizesse ver que um país como o Brasil, que se empenhava em ‘porfiosa’ luta pela Independência, não poderia deixar de ‘fraternizar-se’ com os seus vizinhos. (...) Para colocar em prática a nova política, já a 1<sup>o</sup> de junho, Bonifácio, na qualidade de Ministro do Reino, instrui o Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro a que não só permitisse ‘descarregar os gêneros’ provenientes de Buenos Aires, mas também que prestasse ‘todo o favor e proteção possível’ ao mestre da embarcação Paqueta do Rio da Prata, que aportara recentemente. Ademais, deveria ficar o Juiz ‘na inteligência de que assim deverá praticar para o futuro com qualquer outra embarcação daquele Estado, que aqui haja de aportar’.” (cf. João Alfredo dos Anjos, “*José Bonifácio, Primeiro Chanceler do Brasil*”, ed. cit., pp. 102-105 e 106-108).

Continua na próxima edição